

Caves e Andares Nobres

Miguel Tamen

Fernando Pessoa é hoje conhecido entre o povo e as escolas como um poeta que tinha heterónimos. Almada Negreiros provou-o pelo menos em relação ao primeiro destes grupos quando gravou as imagens daqueles à porta da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Datada do dia 13 de Janeiro de 1935, menos de um ano antes de morrer, Pessoa escreveu uma carta a Adolfo Casais Monteiro. Críticos e público chamam a essa carta ‘Carta sobre a génese dos heterónimos.’ Nela, Pessoa responde a três perguntas de Casais Monteiro que dizem respeito respectivamente ao plano de publicação das suas obras inéditas, à genese dos seus heterónimos e ao ocultismo. O primeiro e o terceiro aspectos, que aliás ocupam menos de um terço da carta, causam hoje menos comoção que o segundo. O primeiro, porque as obras inéditas que entretanto se conheceram não podiam possivelmente caber nos planos de publicação que o seu autor tinha. O terceiro, porque, sendo embora exótico, podia ser deixado por conta do segundo.

Está assim explicada a designação que a carta passou a ter e, também, que a carta tenha sido usada muitas vezes como evidência de que Pessoa é um poeta diferente dos outros poetas. Está também explicado que as reacções cépticas à carta tenham sido reacções ao segundo aspecto da carta, isto é, à explicação da génese dos heterónimos de Fernando Pessoa feita pelo próprio.

Há porém duas maneiras de se ser céptico a respeito da carta que, embora possam ser combinadas, não é certo que sejam compatíveis. A primeira é a de demonstrar que a carta de Pessoa não diz a verdade porque existem evidências independentes que apontam para o contrário. Foi por exemplo brilhantemente tentada a propósito da alegação que Pessoa faz na carta de que no dia 8 de Março de 1914 escreveu “trinta e tantos poemas a fio” de *O Guardador de Rebanhos*. A segunda maneira de se ser céptico é a de sugerir que não é certo que a carta diga qualquer coisa, ou pelo menos só qualquer coisa. Enquanto o primei-

ro tipo de cépticos tende a não duvidar daquilo que a carta diz para que possa duvidar da verdade daquilo que a carta diz, o segundo tende a duvidar da ideia de que a carta diga alguma coisa. Por isso, o primeiro tipo de cépticos pertence ainda ao grupo dos crentes na carta. Como os crentes não-cépticos, não tem dúvidas acerca daquilo que a carta diz. Mas, ao contrário destes, acha que a carta diz algumas coisas que não são verdade. O segundo grupo de cépticos distingue-se do primeiro e dos crentes em geral porque duvida daquilo que a carta diz e, portanto, não faz recomendações acerca da sua veracidade ou falsidade. Uma outra diferença, prática, existe entre estes dois grupos. O primeiro não se interessa pela maneira como a carta está escrita porque percebe aquilo que ela quer dizer. O segundo, porque não percebe bem aquilo que a carta quer dizer, só se interessa pela maneira como a carta está escrita. Que eu pertenço desgraçadamente ao segundo grupo é sugerido pelo facto de todas as expressões entre aspas deste artigo citarem o texto da carta, para mim intrigantemente obscuro.

Um bom caso para experimentar o tipo de cepticismo que a carta possa merecer é fazer uma lista das explicações que nela são oferecidas acerca justamente da génese dos heterónimos. A mais conhecida é a de que existe, como escreve Pessoa, uma “origem orgânica do meu heteronimismo.” Sempre que fala neste tipo de questões Pessoa recorre ao vocabulário técnico daquilo que chama a “parte psiquiátrica.” Assim, a “minha tendência orgânica e constante para a despersonalização e para a simulação” é explicada pelo facto de eu ser “mais propriamente, um histero-neurasténico.” Se “histero-neurasténico” é o que eu sou “propriamente,” então todas as minhas acções (incluindo as literárias) podem ser explicadas a partir dessa propriedade. Porém, na Carta, nem todas as acções literárias são explicadas por essa propriedade. Assim, o aparecimento dos três principais heterónimos não é explicado na carta por aquilo que Pessoa é “propriamente.” Alberto Caeiro aparece primeiro porque, diz Pessoa, “lembrei-me um dia de fazer uma partida ao Sá-Carneiro.” E, “aparecido Alberto Caeiro, tratei logo de lhe descobrir—instintiva e subconscientemente—uns discípulos.” Não é importante que a primeira tentativa de inventar Alberto Caeiro tenha falhado para ser substituída pela descrição épica do dia 8 de Março de 1914, que pode ser ligada às explicações orgânicas já referidas. O que é importante é que, mesmo que a “partida” não resulte, faça parte da história do aparecimento do heterónimo. No caso do aparecimento dos discípulos, os dois advérbios “instintiva e subconscientemente” também evocam causas primitivas e ocultas, possivelmente orgânicas. Mas a solenida-

de da explicação é perturbada pelo “tratei logo de lhe descobrir,” que sugere, pelo contrário, que Fernando Pessoa, pesem embora os seus protestos quanto ao “fundo traço de histeria que existe em mim,” é também capaz de se redescrever como um Figaro expedito. É como se “descobrir,” na passagem acima, quisesse ao mesmo tempo dizer ‘ver o que lá está’ e ‘inventar o que lá não está.’ O primeiro equivalente é usado a respeito de causas orgânicas e traços fundos. O segundo, de compulsões mais mundanas. Por exemplo, a redacção do poema “que me deu mais que fazer,” “Opiário,” um dos poemas “antigos” de Álvaro de Campos, publicado na revista *Orpheu*, que reconhecidamente “não saiu mau,” é atribuída ao facto de ter sido preciso “à última hora, arranjar qualquer coisa para completar o número de páginas.” Existe ainda na carta um terceiro tipo de explicação para a génese dos heterónimos, no notório parágrafo sobre ocultismo. Neste, a “transmutação da própria personalidade” é relacionada com “o mais difícil e o mais perfeito de todos” os caminhos para o oculto. Não pode assim nem ter o estatuto das causas orgânicas nem o *pathos* das partidas e das invenções: tem de ser o resultado de um acto intencional *sério*. Tudo somado, não nos podemos queixar de falta de explicações quanto à génese dos heterónimos mas antes de uma forma particular de confusão, ditada pelo seu excesso. Dada esta confusão, talvez se possa aqui aplicar o princípio geral segundo o qual num caso em que *três* ou mais explicações contraditórias são oferecidas não se ganha nada em insistir na ideia de que nesse caso se esteja de todo a oferecer explicações.

Outra maneira de duvidar da carta é ver o que nela fazem máquinas de escrever e material de papelaria. Que a carta tenha sido realmente dactilografada é aqui surpreendentemente pouco relevante. A máquina de escrever, para Fernando Pessoa, parece ser um modo de sugerir que quanto mais mecânico é o meio mais automático é o resultado. “Escrever à máquina é para mim falar,” declara Pessoa. A declaração pode mesmo ser entendida num sentido surpreendente, nomeadamente o de que escrever à máquina não é para mim escrever. A propósito de Álvaro de Campos, por exemplo, Pessoa pode usar sem pestanejar a sequência “num jacto, e à máquina de escrever, sem interrupção nem emenda.” E, a propósito de si próprio, pode descrever-se a escrever a Casais Monteiro “directamente, tão depressa quanto a máquina mo permite (...) servindo[-me] das expressões que me ocorrem, sem olhar a que literatura haja nelas.” “É verdade,” conclui, “que estou simplesmente falando consigo.” E no entanto, escrever à máquina é também para Pessoa um meio mecânico de reproduzir aquilo que é escrito. O longo *post-scriptum* com que a carta acaba

começa assim: “Além da cópia que normalmente tiro para mim, quando escrevo à máquina, de qualquer carta que envolve explicações da ordem das que esta contém, tirei uma cópia suplementar, tanto para o caso de esta carta se extraviar, como para o de, possivelmente, ser-lhe precisa para qualquer outro fim.” Não é necessário, claro está, que preocupações com a posteridade e crença na espontaneidade da dactilografia se excluam mutuamente. E é interessante, sem ser decisivo, que a máquina de escrever seja o instrumento destes dois fins. Mas é interessante e decisivo que eu me possa descrever ao mesmo tempo sem ter planos quanto ao que escrevo e com planos acerca do destino daquilo que escrevo. Uma maneira mais comprimida e mais paradoxal de formular o motivo do nosso interesse seria dizer que na carta se declara que a carta não é determinada por uma intenção e é determinada por um motivo ulterior.

Mas será *essa* declaração determinada por intenções ou motivos ulteriores? A questão não é simples, se atendermos ao facto de que Pessoa se descreve na carta, em qualquer caso, como “incapaz de premeditação” e desinteressado da própria ideia de premeditação: “não procuro caves nos andares nobres.” O facto de *Mensagem*, o único livro de versos em português que publicou na sua vida, ter sido publicado na altura em que foi (1934) é por si atribuído em primeiro lugar ao Grande Arquitecto, em segundo a certas conversas e, em terceiro, ao acaso. E no entanto, no *post-scriptum*, observa: “pode ser que, para qualquer estudo seu, ou outro fim análogo, o Casais Monteiro precise, no futuro, de citar qualquer passo desta carta. Fica desde já autorizado a fazê-lo, *mas com uma reserva*, e peço-lhe licença para lha acentuar.” A reserva diz respeito ao “parágrafo sobre ocultismo,” que todos os leitores, no entender de Pessoa, se deverão obrigar a “não reproduzir em letra impressa.” Este parágrafo só foi publicado pela primeira vez muito mais tarde, em 1951. João Gaspar Simões, ou porque não fosse impressionável pelo tópico ou porque nenhum texto inédito ou publicado poderia afectar o seu entendimento de Pessoa, cita-o na sua biografia. Mas a frase em que Pessoa ao mesmo tempo sugere que a carta é pertinente para um estudo a fazer por Casais Monteiro e proíbe Casais Monteiro de citar um dos seus parágrafos não interessa para sublinhar, mesmo com o tom de triunfo modesto que é o único a que um crítico pode aspirar, ainda outra contradição entre o sensível e o inteligível. Nem pode servir para dar ocasião a reiterações do truísmo melancólico segundo o qual afinal todos somos iguais e queremos o mesmo—fama e fortuna, se não imediata, pelo menos póstuma. Talvez se possa no entanto ver

nela, quem sabe se construída por Pessoa, por acaso ou de propósito, a matriz perfeita e nunca refutável de tudo aquilo que os críticos poderão alguma vez fazer com a sua obra. Em primeiro lugar, escrever alguns estudos, que afinal só por graça são nossos (o possessivo referido a Casais Monteiro em “qualquer estudo seu” traduz uma ironia sombria que os estudos posteriores de Casais Monteiro só vieram confirmar). Em alternativa ou concomitantemente, regular-se por proibições, cuja transgressão tantas alegrias dá aos críticos e tão bem define a intenção do seu autor. Até nos esquecermos, parecemos por isso destinados a ocupar a posição em que Casais Monteiro se encontrou quando recebeu a fatídica carta, em Janeiro de 1935. “Conto consigo,” disse-lhe Pessoa. *E contava.*